

RELATÓRIO EXECUTIVO

ESTUDOS DE VIABILIDADE DE CONCESSÃO DE RODOVIAS NO ESTADO DO PARÁ

PA-150/252/151/483/Alça Viária de Belém

Fevereiro/2022

Relatório Executivo

1 SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
1 O Projeto	3
2 Modelagem Técnico-Operacional	3
2.1. Produto 1: Programa de Exploração da Rodovia	3
2.2. Produto 2: Sistema de Indicadores de Desempenho	7
2.3. Produto 3: Caderno de Sustentabilidade, contendo os objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU	8
3 Produto 4: Caderno Econômico-Financeiro	9
4 Produto 5: Modelagem Jurídica.....	12
4.1. Diagnóstico da Situação Legal	12
4.2. Modelo Jurídico Institucional.....	13
4.3. Matriz de Risco.....	13
4.4. Edital, Contrato e Anexos.....	14
5 Dados Gerais do Projeto	17
5.1. Principais aspectos do Edital.....	17
5.2. Principais aspectos do Contrato.....	19
5.3. Síntese do Projeto.....	22

Matriz

Belo Horizonte - MG
Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia
CEP: 30.150-330
Contato: +55 (31) 3508-7375

Escritórios

São Paulo - SP
Cuiabá - MT
Campo Grande - MS
Três Lagoas - MS

Teresina - PI
Brasília - DF
Uberlândia - MG
Ipatinga - MG



Relatório Executivo

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Relatório Executivo da modelagem para a Concessão das rodovias PA-150/475/252/151/483 e Alça Viária de Belém no âmbito do PMI Nº01/2021.

A partir do desenvolvimento das etapas de diagnóstico e modelagem destinadas à concessão do sistema rodoviário acima citado, foi realizada a estruturação da Minuta de Edital, Contrato, Anexos e outros documentos jurídicos pertinentes ao objeto da concessão.

Este Relatório lista todos os serviços técnicos especializados realizados durante esta fase do Projeto. Os principais aspectos e resultados obtidos durante este período são apresentados de forma resumida neste documento. A íntegra de cada relatório se encontra em documentos avulsos a este relatório final.

Os Estudos de Modelagem contemplam os seguintes Produtos:

Produto 1 – Programa de Exploração da Rodovia;

Produto 2 – Indicadores de Desempenho;

Produto 3 – Caderno de Sustentabilidade;

Produto 4 – Caderno Econômico-Financeiro;

Produto 5 – Modelagem Jurídica;

Produto 6 – Relatório Executivo (o presente Relatório).

Matriz

Belo Horizonte - MG
Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia
CEP: 30.150-330
Contato: +55 (31) 3508-7375

Escritórios

São Paulo - SP
Cuiabá - MT
Campo Grande - MS
Três Lagoas - MS

Teresina - PI
Brasília - DF
Uberlândia - MG
Ipatinga - MG



1 O Projeto

2 Modelagem Técnico-Operacional

2.1. PRODUTO 1: PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO DA RODOVIA

O Programa de Exploração Rodoviário especificou todas as normas, condições e procedimentos para a execução dos contratos de concessão, caracterizando as diversas frentes da concessão bem como todos os serviços e obras previstos ao longo do prazo contratual.

No que concerne às obras de melhorias previstas e elencadas na minuta de CONTRATO, a caracterização dessas indicou de forma precisa sua localização e o escopo expedito da solução de engenharia a ser adotada.

O PER incluiu um projeto tipo das melhorias elencadas para serem implantadas pela Concessionária. Definiu também todas as diretrizes e referenciais técnicos, os escopos, parâmetros técnicos e de desempenho, bem como os prazos para execução e atendimento, que devem ser observados para todas as estruturas e serviços previstos no contrato.

Uma concessão rodoviária é dividida em diversas frentes de trabalho que se comunicam e evoluem ao longo do contrato, havendo de certa maneira uma continuidade e complementariedade entre elas. O PER as contemplou nos seguintes tópicos:

a) Fase de Trabalhos Iniciais

A frente de trabalhos iniciais compreende os trabalhos a serem realizados nos 12 primeiros meses da concessão, tratando de alguma recuperação emergencial mínima para a reabilitação funcional da rodovia, implantação das praças de pedágio, dos serviços de apoio ao usuário e é condição para a autorização do início da cobrança dos valores de pedágio propostos na licitação do empreendimento.

Nesta fase serão executados: reparos no pavimento; reparos na sinalização, implantação de dispositivos de proteção e segurança e iluminação; reparos na faixa de domínio, execução de alguma obra de recuperação ambiental, recuperação de contenções e terraplenos, reparos emergenciais nos bueiros de fundo de grota, revitalização da sinalização horizontal e vertical.

Matriz

Belo Horizonte - MG
Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia
CEP: 30.150-330
Contato: +55 (31) 3508-7375

Escritórios

São Paulo - SP
Cuiabá - MT
Campo Grande - MS
Três Lagoas - MS

Teresina - PI
Brasília - DF
Uberlândia - MG
Ipatinga - MG



Relatório Executivo

b) Fase de Recuperação:

A frente de recuperação tem início após os trabalhos iniciais e conforme a modelagem econômico-financeira, se estende até o quinto ano contratual. O objetivo dessa fase é reconduzir o sistema rodoviário existente à sua plena condição de utilização, segundo os parâmetros de desempenho adotados e aprimorando-os sempre que possível. O relatório trata dos seguintes tópicos: recuperação do pavimento, recuperação da sinalização, dispositivos de proteção e segurança e iluminação, recuperação das Obras-de-Arte Especiais, recuperação do sistema de drenagem e das Obras-de-Arte Correntes, recuperação da faixa de domínio e canteiro central, execução de obras de recuperação ambiental, contenções e terraplenos. Foram utilizadas as normativas técnicas da Secretaria Estadual de Transportes e na falta delas as normas e especificações técnicas do DNIT.

c) Fase de Investimentos em Melhorias e Aumento de Capacidade:

Para essa fase, o PER apresenta o conjunto de obras de melhoria e aumento de capacidade que deverão ser atendidos nessa fase para melhorar o nível de serviço oferecido aos usuários da rodovia. São indicadas as obras, os prazos de execução, sua localização específica e uma definição básica do escopo a ser implantado. O conjunto de melhorias contém a sugestão de implantação de contornos em trechos urbanos, indicando sua motivação em detrimento da adequação da travessia existente. Os perímetros urbanos foram estudados com o enfoque de promover a segurança e proteção dos usuários tanto da rodovia (tráfego de passagem) quanto do usuário local. Entre as obras de melhoria e aumento de capacidade que foram propostas, estão: duplicação, implantação de passarelas, interseções em dois níveis, adequação de interseções a projetos tipos definidos, travessias de pedestres, vias marginais em perímetros urbanos, terceiras faixas, correção de traçado em algum ponto específico, melhoria em acessos, implantação de redutores de velocidade (radares), implantação de pontos de ônibus, alargamento de OAEs e adequação ao Trem Tipo TB/45, entre outros.

Foram propostas intervenções de caráter obrigatório e de caráter condicionado à manutenção do nível de serviço da rodovia em função do crescimento do volume de tráfego. Será considerado a princípio que as rodovias deverão operar sempre

Matriz

Belo Horizonte - MG
Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia
CEP: 30.150-330
Contato: +55 (31) 3508-7375

Escritórios

São Paulo - SP
Cuiabá - MT
Campo Grande - MS
Três Lagoas - MS

Teresina - PI
Brasília - DF
Uberlândia - MG
Ipatinga - MG



Relatório Executivo

no Nível D, sendo permitido 50 horas anuais de operação no Nível E; calculados conforme determina o HCM 2010.

Para todas as intervenções/obras relacionadas, orçamentos foram estimados com base nas Tabelas de Preços do SICRO do DNIT e pelas TABELAS SINAPI da CEF para compor os estudos econômico-financeiros.

d) Fase de Manutenção Periódica e Conservação:

Para essa fase da concessão, o PER descreve os elementos da rodovia que são objeto de trabalhos de manutenção e os que são objetos de trabalhos de conservação, bem como os parâmetros técnicos e de desempenho dos elementos da rodovia, a fundamentação dos ciclos de trabalho necessários ao atendimento dos parâmetros de desempenho, o dimensionamento do pessoal e turnos de trabalho e, os preços dos serviços referentes à data base do estudo (integrante também dos estudos econômico-financeiros). Consta do PER os seguintes itens para manutenção e conservação: Pavimento, Sinalização e Dispositivos de Proteção e Segurança, OAEs, Sistema de Drenagem, Obras de Arte Correntes e de Fundo de Grotas, Faixa de Domínio e Canteiro Central, Interseções em dois níveis e em nível, Terraplenos e Contenções, Edificações e Estruturas Operacionais, Sistema de Iluminação.

Para definição dos ciclos de manutenção foram realizadas simulações por meio do software HDM-4 (Highway Development and Management System), e os serviços de conservação foram definidos de acordo com o Manual de Conservação do DNIT Publicação IPR-710 de 2005.

e) Modelo Operacional:

O modelo operacional define as condições, parâmetros e responsabilidades da CONCESSIONÁRIA para operar as rodovias tratadas neste estudo nos segmentos objeto da CONCESSÃO.

O PER conceitua e descreve os sistemas, seus parâmetros técnicos e de desempenho, os investimentos necessários em equipamentos, sistemas e edificações (sua locação ou terceirização) e os cronogramas de implantação.

São previstas para a operação da concessão os seguintes sistemas:

- Sistema de Atendimento aos Usuários (SAU);

Matriz

Belo Horizonte - MG
Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia
CEP: 30.150-330
Contato: +55 (31) 3508-7375

Escritórios

São Paulo - SP
Cuiabá - MT
Campo Grande - MS
Três Lagoas - MS

Teresina - PI
Brasília - DF
Uberlândia - MG
Ipatinga - MG



Relatório Executivo

- Base de Serviço Operacional (BSO) com fornecimento de guincho e ambulância para o atendimento de incidentes e acidentes,
- Sistema de Inspeção de Tráfego,
- Sistema de Comunicação com o Usuário,
- Sistema de Monitoração do Tráfego incluindo: equipamentos de detecção e sensoriamento de pista, detecção de altura e, circuito fechado de TV
- Sistema de Controle de Velocidade,
- Sistema de Segurança de Trânsito,
- Centro de Controle Operacional (CCO),
- Instalação de equipamentos que permitam o controle de velocidade, a contagem volumétrica por sentido de tráfego e por tipologia de veículo.
- Painéis de Mensagem Variáveis,
- Sistema de Arrecadação de Pedágio,
- Sistema de Circuito Fechado de TV,
- Sistema de Pesagem de Veículos,
- Edificações e Instalações Operacionais,
- Guarda e Vigilância Patrimonial,
- Planejamento operacional para os períodos de pico de demanda nas rodovias onde for necessário,
- Sistema de Gestão socioambiental com especificação dos licenciamentos ambientais necessários e obtenção de certificação ISO,
- Sistema de Gestão de Risco incluindo a revisão dos programas e diretrizes do estado para o transporte de cargas perigosas, e
- Sistema de Postos de parada e descanso.

Matriz

Belo Horizonte - MG
Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia
CEP: 30.150-330
Contato: +55 (31) 3508-7375

Escritórios

São Paulo - SP
Cuiabá - MT
Campo Grande - MS
Três Lagoas - MS

Teresina - PI
Brasília - DF
Uberlândia - MG
Ipatinga - MG



Relatório Executivo

Com relação aos postos de pesagem de veículos de carga, foi estudada uma localização que impossibilite a fuga de tráfego e, sempre que possível, próxima aos postos já existentes da Polícia Rodoviária Estadual.

f) Procedimentos para devolução do Sistema

O PER finaliza com um capítulo são especificados os procedimentos e as condições para devolução do sistema rodoviário ao Poder Concedente ao final da concessão.

Foram relacionadas e detalhadas as condições de devolução de cada elemento do sistema rodoviário: vida útil remanescente do pavimento, sinalização, drenagem, pontes, viadutos e passarelas, edificações, equipamentos e veículos, sistemas informatizados operando nas rodovias, passivos e licenciamentos ambientais, entre outros.

Também define como o Poder Concedente e a Concessionária deverão proceder para entrega/devolução das praças de pedágio, bem como os bens patrimoniais, duração do período de convivência entre os entes e, segurança dos usuários das rodovias.

2.2.PRODUTO 2: SISTEMA DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Visando a excelência na prestação de serviços aos usuários das rodovias, o Sistema de Indicadores de Desempenho (SMD) define os indicadores e procedimentos de verificações constantes e permanentes que avaliarão o desempenho das futuras concessionárias em cada fase do contrato, de forma clara e objetiva.

Em seguida, define a forma de aferição desses indicadores, determinando a metodologia de cálculo da nota de desempenho da Concessionária.

O SMD inclui também os indicadores de sustentabilidade, previstos no Caderno de Sustentabilidade, que serão monitorados ao longo do contrato de concessão

No modelo a ser estudado, a nota de desempenho da Concessionária pondera anualmente o valor do reajuste das tarifas de pedágio, criando, junto com os demais instrumentos contratuais uma estrutura de incentivos e desincentivos que garanta uma atuação eficiente e eficaz pela Concessionária com o intuito de que o usuário

Matriz

Belo Horizonte - MG
Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia
CEP: 30.150-330
Contato: +55 (31) 3508-7375

Escritórios

São Paulo - SP
Cuiabá - MT
Campo Grande - MS
Três Lagoas - MS

Teresina - PI
Brasília - DF
Uberlândia - MG
Ipatinga - MG



Relatório Executivo

usufrua do serviço na forma e nos parâmetros que se espera em uma prestação desse tipo.

Foram definidos ainda os critérios e parâmetros para contratação do Verificador Independente¹, bem como o escopo e forma de sua atuação.

2.3. PRODUTO 3: CADERNO DE SUSTENTABILIDADE, CONTENDO OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGENDA 2030 DA ONU

O Caderno de Diretrizes de Sustentabilidade contém o resultado de estudos técnicos, econômico-financeiros e de legislação que podem ser aplicados ao contexto do projeto para a promoção de soluções sustentáveis. O Caderno foi construído a partir da seguinte metodologia:

- Construção de um plano de Trabalho: validação da estruturação da modelagem e dos documentos de gestão, monitoramento e comunicação estratégica do projeto, como cronograma, modelo de status report e avaliação.
- Elaboração do Diagnóstico de impacto: definição dos parâmetros nacionais e internacionais de sustentabilidade aplicados ao contexto do projeto, realização de entrevistas com pessoas-chave e análise de materiais que trazem a visão de impacto do projeto.
- Desenvolvimento da Matriz de Impacto: elaboração da materialidade estratégica, sistematização do número de indicadores a serem monitorados por dimensão ESG (ambiental, social e governança) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
- Descrição de indicadores: descrição detalhada de indicadores, contendo a conexão das metas ODS, fórmula de cálculo, dados necessários e referências.
- Demonstração da viabilidade econômico-financeira: desenvolvimento da cadeia de impacto e dos resultados da viabilidade econômico-financeira do projeto, trazendo a comparação entre a aplicação de modelos convencionais e modelos sustentáveis.

¹ O Verificador Independente é uma empresa, de comprovada expertise e de irretocável conduta, a ser contratada com o objetivo principal de aferir o desempenho da concessionária. Será o responsável por emitir a Nota de Desempenho da Concessionária.

Matriz

Belo Horizonte - MG
Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia
CEP: 30.150-330
Contato: +55 (31) 3508-7375

Escritórios

São Paulo - SP
Cuiabá - MT
Campo Grande - MS
Três Lagoas - MS

Teresina - PI
Brasília - DF
Uberlândia - MG
Ipatinga - MG



Relatório Executivo

- Apresentação do Caderno de Sustentabilidade: documento final contendo os resultados.

3 Produto 4: Caderno Econômico-Financeiro

Os Estudos de Avaliação Econômico-Financeira foram elaborados de forma a prover subsídios para a validação do Modelo de Negócios proposto, sob a ótica da demonstração da viabilidade econômico-financeira, desempenhando um papel fundamental do processo decisório.

A modelagem foi estruturada de forma a espelhar o modelo de exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário proposto, no horizonte de projeção, nas condições e dentro dos critérios técnicos estabelecidos nas etapas de Modelagem de Engenharia e de Modelagem Operacional.

Para balizar as premissas de elaboração do modelo econômico-financeiro do Projeto, foram utilizados os estudos técnicos elaborados pelo Houer Concessões, bem como a definição do cenário de implantação.

Diante de adequada estruturação de um modelo que assimile todos os aspectos relevantes à operação de um sistema rodoviário, o projeto foi estruturado para oferecer simulações a partir de projeções das variáveis críticas, de forma a se avaliar o comportamento a ser seguido em diversas conjunturas e cenários de risco, ao longo de todo o ciclo de vida do empreendimento.

O modelo econômico-financeiro foi desenvolvido a partir do método do Fluxo de Caixa Descontado, levando-se em conta as estimativas de demanda, projeções de receitas tarifárias, valores e períodos dos investimentos em função das definições estabelecidas na Modelagem de Engenharia, além dos custos gerais previstos, oriundos da Modelagem Operacional.

Para o estabelecimento pertinente da relação risco/retorno do empreendimento, utilizou-se o modelo de precificação de ativos financeiros Capital Asset Price Model (CAPM), sendo empregada como taxa de desconto, o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC – Weighted Average Cost of Capital).

Tais conceitos são amplamente utilizados no mercado para avaliação de empresas e de projetos, sendo utilizado com balizador de estudos de viabilidade, compra,

Matriz

Belo Horizonte - MG
Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia
CEP: 30.150-330
Contato: +55 (31) 3508-7375

Escritórios

São Paulo - SP
Cuiabá - MT
Campo Grande - MS
Três Lagoas - MS

Teresina - PI
Brasília - DF
Uberlândia - MG
Ipatinga - MG



Relatório Executivo

venda e abertura de capital de companhias, uma vez que permite estimar o retorno esperado de um determinado empreendimento para o investidor.

Foram desenvolvidos e apresentados detalhadamente os trabalhos referentes a definição de premissas necessárias à avaliação econômico-financeira, tais como:

- Definição dos dados macroeconômicos

Definidos de acordo com dados históricos das entidades que as publicam e projeções calculadas pelo sistema de expectativas do Banco Central, a serem utilizadas na modelagem quando necessário: IPCA, IGPM, CDI, SELIC, TJLP.

- Estimativa da Receita de Pedágio

Considerou-se a remuneração do ente Concessionário pela prestação de serviços e operação das rodovias em pauta, através do pagamento da tarifa por parte dos usuários, coletada por meio das praças de pedágio. Portanto, a receita tarifária da Concessionária será composta pela soma das receitas das praças de pedágio definidas no Modelo Operacional.

- Receitas Acessórias

O Estudo considerou a hipótese receitas não tarifárias oriundas, por exemplo, da utilização comercial da faixa de domínio, contabilizadas no Demonstrativo de Resultados como parte da Receita Bruta, juntamente com as Receitas Tarifária e Receitas Financeiras.

- Detalhamento dos Investimentos (CAPEX)

Foram detalhados os grupos que compõem os investimentos em recuperação e ampliação, além dos investimentos operacionais em equipamentos, sistemas, veículos, edificações etc. Será apresentada a expectativa de desembolso anual no período de projeção considerado.

- Despesas de Operação e Manutenção (OPEX)

Foram detalhadas as despesas e custos com a operação do empreendimento considerando, no que concerne à administração e gestão do sistema viário, gastos com pessoal, veículos, sistemas, equipamentos, conservação, monitoração e gestão do desempenho.

- Emolumentos e taxas de regulação e fiscalização diversas

Relatório Executivo

A modelagem foi realizada considerando todos os aspectos pertinentes às taxas de regulação e fiscalização, baseadas no faturamento do ente Concessionário, ou fixadas por outros critérios.

- Seguros e Garantias

Para o item foram considerados:

- Riscos de Engenharia: calculados a partir do CAPEX;
- Riscos Operacionais: definidos a partir do valor patrimonial da rodovia;
- Responsabilidade Civil: calculados a partir da receita tarifária;
- Garantia de Execução: calculados a partir da receita operacional;
- Perda de Receita: calculados a partir da receita operacional;

- Estrutura de Capital

Foi definida, e baseada nas características dos projetos afins financiados recentemente no país.

- Desembolsos para pagamento de serviço da dívida

Foi utilizado o índice de cobertura de serviço da dívida como obrigação aplicável ao tomador de crédito, com índice mínimo a ser definido durante a elaboração dos estudos.

- Custo Médio Ponderado de Capital (WACC – Weighted Average Cost of Capital)

Calculado de acordo com a metodologia preconizada na Nota Técnica 64 de maio de 2007, publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

A partir das entradas de dados, o modelo permitiu a avaliação e obtenção, sob diferentes cenários, dos seguintes indicadores e resultados:

- Valor Presente Líquido;
- Taxa Interna de Retorno;
- Payback Simples;
- Payback Descontado;

Matriz

Belo Horizonte - MG
Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia
CEP: 30.150-330
Contato: +55 (31) 3508-7375

Escritórios

São Paulo - SP
Cuiabá - MT
Campo Grande - MS
Três Lagoas - MS

Teresina - PI
Brasília - DF
Uberlândia - MG
Ipatinga - MG



Relatório Executivo

- Tarifa de Pedágio que iguale a Taxa Interna de Retorno ao Custo Médio Ponderado de Capital;
- Prazo de Concessão que iguale a Taxa Interna de Retorno ao Custo Médio Ponderado de Capital;
- Valor de outorga;
- Indicadores de Rentabilidade;
- Indicadores de endividamento;
- Demonstrativo de Resultado;
- Balanço Patrimonial;
- Fluxo de Caixa;
- Fluxo de Caixa do Acionista;
- Quadro de Usos e Fontes de recursos;
- Valor do Capital Social mínimo ao longo do contrato;
- Valor Residual dos bens reversíveis;

A análise e produtos resultantes da Modelagem Econômico-Financeira foram expressos em valores reais (R\$) correntes e constantes, e levarão em consideração a Norma Contábil e o Regime Fiscal vigentes no Brasil.

Por fim, após a elaboração da planilha de modelagem econômico-financeira, foi confeccionado o Relatório de Avaliação Econômico-Financeira com o cenário de investimento definido pela equipe técnica do estado.

4 Produto 5: Modelagem Jurídica

4.1. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO LEGAL

Para fins de desenvolvimento da modelagem jurídica do projeto foi preciso mapear os pressupostos que poderiam ser alcançados sem impedimentos jurídicos, através da realização um diagnóstico da situação legal.

Uma primeira perspectiva do diagnóstico diz respeito às características específicas do setor. Para isso, realizou-se pesquisa detalhada sobre a legislação que

Matriz

Belo Horizonte - MG
Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia
CEP: 30.150-330
Contato: +55 (31) 3508-7375

Escritórios

São Paulo - SP
Cuiabá - MT
Campo Grande - MS
Três Lagoas - MS

Teresina - PI
Brasília - DF
Uberlândia - MG
Ipatinga - MG



Relatório Executivo

regulamenta as relações entre os envolvidos no setor e as limitações impostas, de modo que o projeto não seja prejudicado em função de inobservância oportuna do ordenamento jurídico.

A base para o planejamento e a realização deste trabalho foram as informações disponibilizadas pelo Estado do Pará, por meio da SETRAN, bem como as informações levantadas em portais eletrônicos oficiais do Estado e da Assembleia Legislativa.

Assim, o Relatório de Análise dos Atos Normativos e Aspectos Jurídicos logrou tomar conhecimento de todo o arcabouço jurídico do Estado referente à política de concessões, especificamente em projetos de Concessões de Rodovias. A análise consubstanciou-se em um diagnóstico de todos os atos normativos e documentos jurídicos que lastreiam a prestação do serviço de conservação, manutenção e operação das rodovias, apresentando os riscos ou aspectos que comprometam a viabilidade legal do projeto. Foram ainda objeto de diagnóstico as demais leis federais e estaduais impactam no projeto, bem como precedentes extraídos de decisões anteriores do Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado relacionados ao objeto da concessão

4.2. MODELO JURÍDICO INSTITUCIONAL

Na sequência dos trabalhos foi estruturado o modelo jurídico institucional para o projeto, com análise da evolução das concessões no Brasil, comparação dos modelos de concessões previstos no ordenamento jurídico e a definição do modelo a ser aplicado.

Dentro do modelo jurídico institucional foi apresentado um Benchmarking que consiste no processo de busca das melhores práticas e que conduzem ao desempenho superior.

O Modelo jurídico foi elaborado a partir da conclusão dos estudos técnicos e econômico-financeiro que definiu as premissas a serem consolidadas dentro do aspecto jurídico adequado.

Foram ainda realizadas as análises de todos os aspectos legais, administrativo, tributário, constitucional, ambiental, urbanístico, entre outros.

4.3. MATRIZ DE RISCO

Relatório Executivo

A fim de se planejar o processo de licitação para a Concessão das Rodovias, entende-se ser essencial que os diversos tipos de riscos associados ao empreendimento sejam analisados, bem como definidos os parâmetros e as especificações técnicas que deverão ser observados e monitorados durante a execução do futuro contrato de concessão.

Para melhor compreensão das responsabilidades das partes frente aos riscos do projeto, sua alocação, implementação e medidas mitigadoras foi elaborada a matriz de risco do projeto.

4.4. EDITAL, CONTRATO E ANEXOS

Por fim, encerrando os trabalhos jurídicos, mas sempre espelhando o caráter interdisciplinar da empreitada, foram elaborados o Edital e seus anexos, instrumentos que subsidiarão o processo licitatório do projeto.

O Edital e seus anexos foram estruturados considerando os estudos técnicos e econômico-financeiros realizados.

Foi proposto qual o melhor tipo de licitação em relação ao critério propriamente, ordem de suas fases, local e responsabilidade pela condução do certame, etc. O Edital foi elaborado conforme essas premissas.

Para a elaboração da Minuta de Contrato foram analisados e desenvolvidos em capítulos individuais, dentre outros, os seguintes aspectos:

- Interpretação Do Contrato
- Objeto Da Concessão
- Prazo Da Concessão E De Vigência Do Contrato
- Transferência Do Sistema Rodoviário
- Valor Do Contrato
- Outorga
- Remuneração Da Concessionária
- Estrutura Jurídica Da SPE
- Financiamentos, Emissão De Títulos Financeiros E Garantias Decorrentes De Direitos Emergentes Da Concessão

Matriz

Belo Horizonte - MG
Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia
CEP: 30.150-330
Contato: +55 (31) 3508-7375

Escritórios

São Paulo - SP
Cuiabá - MT
Campo Grande - MS
Três Lagoas - MS

Teresina - PI
Brasília - DF
Uberlândia - MG
Ipatinga - MG



Relatório Executivo

- Transferência Do Controle Da SPE
- Administração Temporária e Assunção do Controle da Concessionária por Financiadores e/ou Garantidores
- Dever de Informação aos Financiadores e/ou Garantidores
- Disposições Gerais sobre a execução do Contrato
- Obras no Sistema Rodoviário
- Trabalhos Iniciais
- Recuperação Do Sistema Rodoviário
- Manutenção
- Obras De Melhoria E Ampliação De Capacidade
- Ampliação Do Sistema Rodoviário
- Projetos Básicos E Executivos
- Licenças Ambientais E Demais Autorizações
- Liberação Da Faixa De Domínio
- Gestão E Operação Do Sistema Rodoviário
- Conservação Do Sistema Rodoviário E Das Instalações
- Mecanismos Para Preservação Da Atualidade Na Prestação Dos Serviços
- Desempenho Da Concessionária
- Verificador Independente
- Obrigações da Concessionária
- Obrigações do Poder Concedente
- Direitos e Obrigações Dos Usuários
- Revisões Ordinárias Do Contrato
- Revisões Extraordinárias Do Contrato

Matriz

Belo Horizonte - MG
Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia
CEP: 30.150-330
Contato: +55 (31) 3508-7375

Escritórios

São Paulo - SP
Cuiabá - MT
Campo Grande - MS
Três Lagoas - MS

Teresina - PI
Brasília - DF
Uberlândia - MG
Ipatinga - MG



Relatório Executivo

- Alocação De Riscos
- Equilíbrio Econômico-Financeiro Do Contrato
- Modalidades De Recomposição Do Equilíbrio Econômico-Financeiro Do Contrato
- Procedimento Para Identificação Do Desequilíbrio Econômico-Financeiro Do Contrato
- Método Para Recomposição Do Equilíbrio Econômico- Financeiro Do Contrato
- Seguros E Garantias
- Fiscalização
- Atos Dependentes De Anuência Prévia Ou Comunicação Ao Poder Concedente
- Regime De Bens Da Concessão
- Penalidades
- Processo Administrativo Para Aplicação de Sanções e Penalidades
- Devolução do Sistema Rodoviário
- Intervenção
- Extinção Do Contrato
- Advento Do Termo Contratual
- Encampação
- Caducidade
- Rescisão
- Anulação
- Falência, Recuperação Judicial, Extrajudicial Ou Extinção Da Concessionária

Matriz

Belo Horizonte - MG
Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia
CEP: 30.150-330
Contato: +55 (31) 3508-7375

Escritórios

São Paulo - SP
Cuiabá - MT
Campo Grande - MS
Três Lagoas - MS

Teresina - PI
Brasília - DF
Uberlândia - MG
Ipatinga - MG



Relatório Executivo

- Caso Fortuito e de Força Maior
- Reversão de Ativos
- Transição
- Solução Amigável de Controvérsia
- Arbitragem
- Propriedade Industrial E Intelectual
- Foro

5 Dados Gerais do Projeto

5.1. PRINCIPAIS ASPECTOS DO EDITAL

Objeto da Licitação: Delegação, por meio de Concessão da Prestação dos Serviços Públicos de Conservação, Recuperação, Manutenção, Implantação de Melhorias e Operação Rodoviária das Rodovias PA 150/475/252/151/483 e Alça Viária de Belém.

Condições de Participação: Poderão participar da concorrência, isoladamente ou em consórcio, sociedades brasileiras ou estrangeiras, autorizadas ou não a funcionar no Brasil, que satisfaçam plenamente todos os termos e as condições do edital, incluindo a legislação aplicável.

Principais Documentos de Habilitação:

- Jurídica: estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado de suas alterações se não estiver consolidado, e de prova dos administradores da PROPONENTE em exercício, devidamente registrados no registro empresarial ou órgão competente.
- Econômico-Financeira: Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da comarca do Município onde se encontra a sede da Proponente, datada de, no máximo, 90 dias anteriores à data para recebimento dos envelopes. Em se tratando de sociedade não empresária ou outra forma de pessoa jurídica, certidão negativa expedida pelo distribuidor judicial das varas cíveis em geral (processo de execução) da comarca do Município onde a Proponente está

Matriz

Belo Horizonte - MG
Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia
CEP: 30.150-330
Contato: +55 (31) 3508-7375

Escritórios

São Paulo - SP
Cuiabá - MT
Campo Grande - MS
Três Lagoas - MS

Teresina - PI
Brasília - DF
Uberlândia - MG
Ipatinga - MG



Relatório Executivo

sediada, datada de, no máximo, 90 dias anteriores à data para recebimento dos envelopes;

- Técnica: Relativamente ao conjunto de Profissional(is) Qualificado(s) indicado pela Licitante, atestado(s) de responsabilidade técnica, emitido(s) por entidades públicas ou particulares, devidamente certificado(s) pelo(s) conselho(s) que regulamenta(m) o exercício da(s) respectiva(s) profissão(ões), de execução, coordenação, gerência ou supervisão de gestão e exploração de rodovias.

Outras exigências:

- Garantia de proposta: 1% do valor estimado para o contrato;
- Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial;
- Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

Critério de Julgamento e Exequibilidade Proposta

- A licitação será processada com inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento, na forma da Lei;
- Maior valor de outorga fixa;

Condições da Concessionária para a assinatura do Contrato:

- Prova de constituição da SPE.
- Subscrição e integralização, em moeda corrente nacional, do capital social da Sociedade de Propósito Específico, no valor mínimo de R\$ 117.000.000,00 (cento e dezessete milhões de reais)
- Constituição da garantia de execução do Contrato;
- Comprovação do pagamento ressarcimento à empresa cuja modelagem foi a escolhida no valor disposto no Edital;
- Comprovação de recolhimento, pela Participante Credenciada representante da Adjudicatária, da remuneração devida à B3, mediante o pagamento de boleto bancário a ser emitido após a homologação, para pagamento em até 15 (quinze) dias, mas impreterivelmente antes da assinatura do Contrato, correspondente ao valor disposto no Edital.

Matriz

Belo Horizonte - MG
Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia
CEP: 30.150-330
Contato: +55 (31) 3508-7375

Escritórios

São Paulo - SP
Cuiabá - MT
Campo Grande - MS
Três Lagoas - MS

Teresina - PI
Brasília - DF
Uberlândia - MG
Ipatinga - MG



Relatório Executivo

- Apresentação do Plano de Negócios na forma prevista em Edital.

5.2. PRINCIPAIS ASPECTOS DO CONTRATO

Prazo da Concessão: 30 anos.

Remuneração da concessionária:

- Receita de Pedágio, Receitas Acessórias e Receitas Financeiras.

Verificador Independente (VI): Serviço Técnico de verificação independente para auxiliar o Poder Concedente no acompanhamento da execução do contrato, bem como na avaliação do sistema de mensuração de desempenho, no cálculo da nota de Desempenho e na aferição do cumprimento das demais obrigações assumidas pela Concessionária.

O Verificador Independente será selecionado pelo Poder Concedente e contratado, sob o regime privado, pela concessionária, a quem competirá arcar, integralmente com os respectivos custos da contratação.

Para contratação, a Concessionária deverá apresentar, para prévia homologação do Poder Concedente, três empresas ou consórcios de empresas que reúnam as condições mínimas de qualificação para atuar como verificador independente.

I.

Revisões contratuais

- Revisão Extraordinária: eventos extraordinários, mediante apresentação de justificativa escrita e comprovada, observado, no que couber, a preservação do equilíbrio econômico-financeiro contratual

Garantia de execução do contrato:

Período	Valor
Fase I - Do início do Prazo do Contrato até o 9º ano do Prazo da Concessão	R\$ 109.856.351,00 (cento e nove milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta e um reais)

Matriz

Belo Horizonte - MG
Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia
CEP: 30.150-330
Contato: +55 (31) 3508-7375

Escritórios

São Paulo - SP
Cuiabá - MT
Campo Grande - MS
Três Lagoas - MS

Teresina - PI
Brasília - DF
Uberlândia - MG
Ipatinga - MG



Relatório Executivo

Fase II - Do 10º ano até o 28º ano do Prazo da Concessão	R\$ R\$ 54.928.176,52 (cinquenta e quatro milhões, oitocentos e vinte e oito mil, cento e setenta e seis reais)
Fase III - Do 29º ano até o 30º ano do Prazo da Concessão	R\$ 109.856.351,04 (cento (cento e nove milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta e um reais)

Seguros:

- seguro de danos materiais;
- seguro de responsabilidade civil;
- Seguro para cobertura de roubo, furto, perda, perecimento, destruição, incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, para todos os Bens da Concessão;
- Seguro de responsabilidade trabalhista;
- Seguro total obrigatório contra acidentes de trabalho

Bens Reversíveis: Todos os bens necessários à prestação e à continuidade dos serviços serão revertidos ao término da Concessão, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos.

Os bens reversíveis pertencentes à concessionária ou por ela adquiridos ou construídos com o objetivo de executar o objeto desta concessão devem ser integralmente amortizados e depreciados no prazo da concessão, não cabendo qualquer indenização

Resolução de Disputas ou Controvérsias:

- Comissão Técnica
- Arbitragem

Atribuições de Riscos e Responsabilidades ao Poder Concedente:

- Risco de alteração das normas tributárias que impacte na execução do contrato, exceto no caso da legislação de imposto sobre a renda.
- Risco de que o Poder Concedente imponha novas obrigações à concessionária, incluindo, também, fato do príncipe e fato da Administração;

Matriz

Belo Horizonte - MG
Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia
CEP: 30.150-330
Contato: +55 (31) 3508-7375

Escritórios

São Paulo - SP
Cuiabá - MT
Campo Grande - MS
Três Lagoas - MS

Teresina - PI
Brasília - DF
Uberlândia - MG
Ipatinga - MG



grupohouer



grupohouer



company/houer



www.houer.com.br

Relatório Executivo

- Risco da Agência Reguladora ou outro órgão público regulador do contrato modificar o plano de investimento ou as especificações do serviço;
- Risco de dano ambiental já caracterizado antes da assinatura do contrato e não conhecido quando da celebração do ajuste;

Atribuições de Riscos e Responsabilidades à Concessionária:

- Risco de que a demanda de tráfego seja inferior à projetada, produzindo receitas insuficientes para remunerar o capital privado ou para compensar os investimentos e custos operacionais ligados e indispensáveis à devida execução do contrato;
- Risco de queda de Receita Tarifária, inclusive redução decorrente da evasão de pedágio ou de recusa de usuários em pagar a Tarifa de Pedágio;
- Risco de perecimento, destruição, roubo, furto, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos Bens da Concessão, responsabilidade que não é reduzida ou excluída em virtude da fiscalização da Interveniente-Anuente;
- Riscos advindos de modificações na legislação de imposto sobre a renda;
- Risco advindo de caso fortuito ou força maior, desde que o fator gerador seja segurável no Brasil por, no mínimo, duas seguradoras, considerando o prazo de um ano anterior à data da ocorrência, conforme registrado na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) ou órgão que venha a substituí-la;
- Riscos advindos de prejuízos causados a terceiros, pela Concessionária ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela Concessão;
- Receitas Extraordinárias em desacordo com as projeções da Concessionária ou do Poder Concedente;
- Risco de dano ambiental já caracterizado antes da assinatura do contrato e não conhecido quando da celebração do ajuste;
- Risco de degradação ambiental advinda da execução do contrato, a contar da data da sua assinatura;

Matriz

Belo Horizonte - MG
Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia
CEP: 30.150-330
Contato: +55 (31) 3508-7375

Escritórios

São Paulo - SP
Cuiabá - MT
Campo Grande - MS
Três Lagoas - MS

Teresina - PI
Brasília - DF
Uberlândia - MG
Ipatinga - MG



Relatório Executivo

- Riscos advindos do cenário econômico: incluem-se aí o risco de taxa de juros; de taxa de câmbio, observados os termos e limites do Mecanismo de Proteção Cambial, nos termos do Contrato;
- Os riscos relacionados à engenharia, como o risco de projeto, o risco de construção e o risco de operação. O risco de projeto diz respeito aos erros cometidos na concepção de obras de ampliação e melhorias a cargo da concessionária. O risco de construção refere-se aos riscos incorridos durante esta fase, a saber: atrasos em seu cronograma, atrasos na obtenção de licenças, custos não previstos incorridos e percalços de diversas naturezas, como o risco geológico. O risco de operação abrange questões ligadas à eficiência no manejo da operação e em seu custeio;
- Risco de a concessionária ter que cumprir exigências decorrentes de imposição da Agência Reguladora, de sofrer as exigências de novos licenciamentos ou, ainda, de cumprir sanções aplicadas pela Agência Reguladora;
- Risco de que as estruturas existentes não suportem novas melhorias ou exijam novos investimentos;
- Risco de que ocorra acidente na rodovia, com carga perigosa, que possa contaminar/prejudicar demais usuários;
- Risco de o serviço estar continuamente disponível para os usuários;
- Riscos relacionados à contratação de seguros e garantias obrigatórios, respeitando os prazos, limites e regras estabelecidas neste Contrato, inclusive o risco de eventual dificuldade ou inviabilidade de execução de seguros e garantias pelo Poder Concedente e pela Interveniente-Anuente, nas hipóteses que ensejariam o direito de execução;
- Riscos de decisões judiciais que suspendam as obras ou prestação de serviços, decorrentes de atos comissivos ou omissivos da Concessionária;

5.3.SÍNTESE DO PROJETO

Sistema	Anos
Extensão da Concessão	522,5 km

Matriz

Belo Horizonte - MG
Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia
CEP: 30.150-330
Contato: +55 (31) 3508-7375

Escritórios

São Paulo - SP
Cuiabá - MT
Campo Grande - MS
Três Lagoas - MS

Teresina - PI
Brasília - DF
Uberlândia - MG
Ipatinga - MG



Relatório Executivo

Prazo da Concessão:	30 anos
Taxa Interna de Retorno:	9,16% a.a.
Abertura das Praças de Pedágio	13° mês
Valor do Contrato	R\$ 5,88 bi
Tarifa de Pedágio	R\$ 7,59
Investimentos	R\$ 2,75 bi
Localidades Impactadas	30 povoados, em 12 municípios
Operação	
7 Praças de Pedágio	
5 Bases de Apoio ao Usuário	
5 Postos de Pesagem	
4 Postos de Descanso	
Investimentos	
86 interseções	
29,7 km de terceiras faixas	
67 km em duplicações	
248,5 km de acostamentos	
57,3 km de vias marginais	
02 interseções em dois níveis e viadutos	
52 Alargamentos de OAEs	
11 Passarelas de Pedestre	
29 Câmeras de Monitoramento	
106 Paradas de Ônibus	
110,6 km de iluminação	

Matriz

Belo Horizonte - MG
Rua Maranhão, 166 - 10º andar
Santa Efigênia
CEP: 30.150-330
Contato: +55 (31) 3508-7375

Escritórios

São Paulo - SP
Cuiabá - MT
Campo Grande - MS
Três Lagoas - MS

Teresina - PI
Brasília - DF
Uberlândia - MG
Ipatinga - MG



Relatório Executivo

Abaixo apresentamos um quadro resumo de todas as obras que deverão ser executadas/implantadas nas rodovias PA-150/475/252/151/483/Alça Viária de Belém objeto dessa concessão.

Matriz

Escritórios

